



A Dimensão Social Espírita



© 2026 – Janete Cerra Lima

A Dimensão Social Espírita

IDEIAS E PENSAMENTO CRÍTICO

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio — eletrônico ou mecânico, inclusive por processos xerográficos, de fotocópia e de gravação — sem permissão por escrito do editor.

Revisão:

Projeto gráfico: Sérgio Carvalho

Ilustração da capa: Banco de imagens

ISBN 978-65-988297-8-0

1ª Edição – 2026

• Impresso no Brasil

Produzido no departamento editorial da
CONHECIMENTO EDITORIAL LTDA

Impresso na



a gráfica digital da **EDITORA DO CONHECIMENTO**
grafica@edconhecimento.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Angélica Ilacqua CRB-8 / 7057)

Lima, Janete Cerra

A Dimensão Social Espírita: ideias e pensamento crítico / Limeira, SP: O Espírito Político, 2026.

94 p.

ISBN: 9978-65-988297-8-0

1. Espiritismo 2. Pensamento crítico 3. Desigualdade social 4. Transformação social 5. Direitos humanos 6. Justiça social

26-

CDD – 299

Índice para catálogo sistemático:

1. Espiritismo

AUTORES DIVERSOS

A DIMENSÃO SOCIAL ESPÍRITA

IDEIAS E PENSAMENTO CRÍTICO

1ª edição – 2026



Sumário

Apresentação (A título de explicação)	7
1 - A vida social e a interface com o Espiritismo	13
Sociabilidade e o processo de evolução	20
As leis humanas e o contexto social	25
Princípio da dignidade da pessoa humana: possibilidades reais na sociedade do capital?	32
5 - Desigualdade social e o pensamento espírita: como interpretar?	37
6 - Políticas públicas e práticas sociais como ferramentas de emancipação e justiça social	41
7 - Ações sociopolíticas e o espiritismo sob uma perspectiva de garantia de direitos.....	46
8 - Ação humana e os valores sociais	50
9 - Educação e sua ação potencializadora como ferramenta de transformação social	54
10 - Trabalho, mecanismo de mudança e progresso: para que fim?.....	58
11 - Ética compromissada com a transformação societária	64
12 - Proteção social no contexto neoliberal: caminhos e possibilidades	67
13 - Proteção Integral da criança e do adolescente: continuidades e discontinuidades	72
14 - Família(s) sob a perspectiva socioespírita: diversidade e inclusão	79
15 - Igualdade dos direitos do homem e da mulher: busca por justiça e igualdade de gênero	86
16 - Direitos humanos e a perspectiva crítica social espírita.....	90

Apresentação (A título de explicação)

O livro anterior a esse, *A Dimensão Social e a Filosofia Espírita* foi publicado em 2022, em um contexto no qual muitos/as sujeitos/as e grupos passaram a questionar o modelo tradicional pelo qual se convencionou estruturar o espiritismo no Brasil, especialmente a partir das bases federativas hegemônicas, que historicamente contribuíram para naturalizar as expressões da questão social, tais como a fome, a pobreza e as múltiplas formas de desigualdades sociais. Nesse cenário, teve a finalidade de contribuir, ainda que de maneira singela, para a ampliação de reflexões que buscassem romper com a lógica de um pensamento social pouco problematizado no interior desse movimento espírita dominante. Tratava-se, portanto, de uma proposta voltada à necessidade de pensar os desafios contemporâneos a partir de uma perspectiva capaz de ancorar o pensamento social espírita em interlocução com as ciências do nosso tempo.

Esse movimento inicial possibilitou expressar determinada coerência teórica com os pressupostos espíritas e, simultaneamente, manter uma articulação necessária com a criticidade presente no pensamento científico contemporâneo - assim como Kardec compreendia a própria constituição do espiritismo - no sentido de (re)construir conceitos críticos de forma relacional, buscando garantir que esse processo permanecesse coerente com a realidade histórica vivida. Contudo, ao ser revisitada nesta nova edição, percebe-se que algumas questões aparecem agora de maneira mais contundente e mais demarcadas pela interlocução com o pensamento das ciências sociais.

Os temas abordados à época foram fruto de uma aproximação inicial com diferentes matizes do pensamento sociológico e, ao mesmo tempo, de uma tentativa de estabelecer correlações com aspectos da teoria espírita, utilizando-se, sobretudo, de referências presentes em *O Livro dos Espíritos*. Ainda que de forma introdutória, aquele esforço já sinalizava a necessidade de compreender o espiritismo para além de interpretações estritamente moralizantes, individualizantes ou descoladas das determinações concretas da vida social.

Diante desse percurso, e considerando o amadurecimento do pensamento social espírita progressista - que vem se contrapondo às perspectivas conservadoras hegemônicas - compreende-se a necessidade de dar continuidade a esse processo, somando-se a outros/as pensadores/as que vêm colaborando para a ampliação e a (re)construção de uma teoria social espírita crítica. Nesse sentido, esta segunda empreitada ocorreu por meio de uma revisão do primeiro livro, mantendo parte de sua estrutura original, mas alterando seu título, ampliando e reformulando capítulos a partir de uma revisão bibliográfica mais abrangente, ainda que sem a pretensão de esgotar os temas abordados e/ou aprofundá-los.

Nessa trajetória, reconhece-se que a construção e a (re)elaboração do conhecimento perpassam necessariamente a formação humana, intelectual, social e histórica de quem expressa determinada ideia. Sob essa perspectiva, compreende-se que tanto o conhecimento científico quanto o conhecimento espírita constituem processos permanentemente abertos - inclusive aqueles considerados mediúnicos - uma vez que os espíritos continuam se desenvolvendo em um movimento contínuo de aprendizado. Assim, suas percepções e experiên-

cias não devem ser compreendidas como verdades absolutas e acabadas, mas como fruto de vivências, estudos, reflexões e construções individuais e coletivas historicamente situadas.

Considerando essa prerrogativa, todo conhecimento e sua produção são constituídos por processos de maturação, ampliação de estudos e revisões constantes, sobretudo quando determinadas formulações passam a ser superadas pelo próprio movimento histórico e pelas transformações da realidade social. Trata-se de reconhecer a processualidade do tempo histórico e o esforço humano de apreensão crítica da realidade concreta e de suas interfaces com outras dimensões da existência. É dessa forma que estas ideias devem ser aqui observadas: como esforços teóricos vinculados ao tempo presente e à tentativa de articular pressupostos da teoria social espírita às contribuições das ciências sociais, a partir de uma perspectiva crítica e dialética. Desse modo, em diversos momentos, o livro também expressa revisões, ampliações e reformulações acerca dos fenômenos sociais e espirituais analisados.

Nesse sentido, *A Dimensão Social Espírita: Ideias e Pensamento Crítico* - título adotado nesta reedição pela Editora do Conhecimento e pelo selo Espiritismo Político - é atravessado pelo intento de pensar a teoria social espírita sob uma perspectiva libertária, crítica e propositiva, capaz de estimular o/a leitor/a a refletir sobre a realidade social e espiritual por meio de diferentes lentes interpretativas. Esse intento parte de um posicionamento coerente com as bases de um pensamento social espírita comprometido com a criticidade e com a necessidade de problematizar perspectivas conservadoras que contribuem para reforçar e naturalizar injustiças sociais, desigualdades estruturais e violações de direitos humanos. Trata-se de um

compromisso ético-político que compreende a espiritualidade não como fuga da realidade material, mas como dimensão profundamente implicada nas relações sociais e humanas.

Dessa forma, a contribuição aqui pretendida assume o compromisso de propor um esforço reflexivo capaz de apreender um espiritismo que possa atuar como instrumento impulsionador de uma práxis social orientada por um viés progressista. Por isso, vincula-se diretamente às temáticas sociais e humanas, em defesa de um mundo mais justo, solidário e comprometido com oportunidades dignas de desenvolvimento para todos os espíritos encarnados.

A dimensão da vida social exige ultrapassar interpretações dicotômicas da sociabilidade humana sustentadas apenas por perspectivas subjetivistas ou individualistas, frequentemente alinhadas ao ideário neoliberal e a determinadas heranças positivistas. As relações humanas não se constituem de maneira isolada, mas são atravessadas por determinações sociais, políticas, econômicas, culturais e simbólicas que influenciam, condicionam e também são reproduzidas nas ações individuais e coletivas.

Diante da realidade material vivenciada, o pensamento espírita progressista aponta para a necessidade de um movimento permanente de transformação social, cuja responsabilidade cabe a todos os seres humanos no estabelecimento de relações pautadas pela solidariedade, pela fraternidade e pela justiça social. No âmbito do Estado, isso implica compreender os direitos não como concessões naturais ou individuais, mas como produtos históricos das relações de poder, das disputas políticas e das lutas sociais travadas coletivamente ao longo da história.

Torna-se, portanto, fundamental construir

perspectivas comprometidas com mudanças estruturais efetivas, orientadas pela defesa da vida e pela emancipação humana. Nesse aspecto, o campo das ciências sociais contribui de maneira significativa para fomentar um diálogo necessário, oferecendo instrumentos críticos e reflexivos para compreender as relações sociais, as instituições e as bases históricas que sustentam a estrutura societária contemporânea.

As aproximações teóricas com os diversos campos do conhecimento enriquecem a interlocução diante dos desafios sociais, culturais, psicológicos e espirituais que atravessam o processo de desenvolvimento humano. A ciência, como parte integrante da própria proposta espírita kardeciana, deve permanecer como aliada de um pensamento alicerçado pela investigação crítica, pela dialética e pelo compromisso ético na produção do conhecimento, permitindo a (re)construção e a (re)significação das formas de organização social diante das transformações históricas.

Torna-se imprescindível que o pensamento social espírita se desenvolva por meio de maior aproximação e aprofundamento das temáticas sociológicas, políticas e históricas, a fim de promover uma leitura contextualizada das complexidades da vida social, sobretudo considerando a centralidade do mundo material e objetivo no qual a humanidade está inserida, bem como a dimensão da responsabilidade compartilhada na construção da existência coletiva.

Importa considerar que o pensamento social espírita deve estar fundamentado em uma teoria e em uma práxis comprometidas com mudanças e transformações sociais que garantam o respeito efetivo à existência de todos os seres humanos e não humanos. Isso inclui, igualmente, um compromisso ético com o planeta e com as múltiplas for-

mas de vida que compõem a experiência terrestre.

A vida espiritual pode ser compreendida como consequência e desdobramento desta própria existência, a partir das ações concretas que se efetivam nas relações sociais cotidianas, fundamentadas na justiça, na solidariedade e na responsabilidade coletiva. Assim, o compromisso espírita precisa estar prioritariamente demarcado com a vida presente, pois é ela que convoca diariamente ao exercício do bem comum entre as criaturas, síntese ética do maior ensinamento que deve orientar a humanidade.

Por fim, espera-se que estas despretensiosas páginas possam estimular o pensamento reflexivo do/a leitor/a acerca de temas que atravessam a vida social e que, por isso mesmo, constituem desafios permanentes ao processo de aprendizado e crescimento do espírito humano em suas múltiplas dimensões.

Nesse contexto, não se defende a ideia de que apenas o espiritismo detenha a chave exclusiva para a evolução humana. Compreende-se, antes, o espiritismo como um caminho possível entre tantos outros, mas que traz em seu bojo uma interpretação particular acerca da relação interexistencial do espírito imortal com a realidade social objetiva da matéria, buscando articular espiritualidade, historicidade e compromisso com a transformação social.

1 - A vida social e a interface com o Espiritismo

A questão 766 de *O Livro dos Espíritos* afirma que a vida social é condição para o exercício da sociabilidade humana e que esta, portanto, faz parte de um processo “naturalmente” instituído no percurso vivenciado pelos seres humanos em permanente desenvolvimento.

Ao problematizar se a vida social se encontrava na natureza, Kardec obteve como resposta a seguinte afirmativa: “Certamente. Deus fez o homem para viver em sociedade. Não lhe deu inutilmente a palavra e todas as outras faculdades necessárias à vida de relação” (KARDEC, *O Livro dos Espíritos*, p. 347).

Essa assertiva permite considerar que a dinâmica da vida social é constituída pelo processo de (re)organização em que os/a indivíduos/as se forjam enquanto seres que se movimentam em processos contínuos de (re)construção social em diferentes esferas da vida e da existência humana. É a partir do estabelecimento das relações sociais e por meio das potencialidades e faculdades desses/as sujeitos/as que se desenvolvem experiências, aprendizados e formas de atuação nos diversos âmbitos da vida humana.

A vida social deve ser interpretada como um processo permanente de (re)construção, considerando que os seres sociais e espirituais se encontram em constante processo de desenvolvimento e aprendizado por meio das experiências e das interações sociais. Isso, contudo, não implica naturalizar a forma como essa existência se materializa, pois ela é forjada a partir de determinada

organização social, histórica e intencionalmente produzida.

Nesse percurso, cabe considerar que os/as sujeitos/as são dotados/as de certo grau de livre-arbítrio, o que possibilita escolhas individuais e coletivas, sem deixar de reconhecer que a disposição da vida social se estabelece em um campo de forças em disputa e não necessariamente com o objetivo de atender às necessidades sociais de todos/as os/as indivíduos/as. Pois a história da humanidade demonstra que, em diferentes períodos históricos, prevaleceram disposições sociais hierarquizadas que se constituíram para a manutenção de privilégios e para o exercício do poder por determinados grupos sociais. Tais estruturas foram sendo legitimadas historicamente por mecanismos políticos, econômicos, culturais e ideológicos que naturalizaram relações profundamente desiguais.

No contexto da sociedade capitalista, as relações sociais são baseadas em estruturas e categorias que não são dadas *a priori*. Nesse sentido, a teoria social da tradição marxiana oferece importante contribuição, pois auxilia no desvelamento dessa realidade aparentemente “natural”, permitindo apreender os fenômenos sociais em sua essência e em suas múltiplas determinações.

A sociedade de classes se institui e se legitima por meio da exploração e da expropriação daqueles/as que possuem apenas sua força de trabalho para vender. Dessa forma, a determinação do modo de produção capitalista - hoje ainda mais complexa do que no século XIX - continua sustentada pela assimetria entre as classes sociais e, conseqüentemente, pela manutenção de profundas desigualdades sociais.

Esse sistema possui como prerrogativa a obtenção do lucro acima de qualquer valor huma-

no, mantendo sua gênese na exploração e na preservação dos interesses de uma determinada classe que se alimenta da mercantilização da própria vida. Nesse cenário, a existência humana passa a ser constantemente atravessada por relações de competitividade, individualismo e exclusão social.

As condições objetivas e materiais da vida social não são neutras, mas intencionalmente organizadas para a (re)produção de modos específicos de existência e de condicionamentos das relações sociais, retratando as bases fundantes da lógica capitalista e suas múltiplas contradições.

A teoria social espírita não pode estar desconectada da leitura crítica da estrutura social, sobretudo quando se pretende compreender sob quais condicionantes e marcadores sociais ocorre a processualidade da sociabilidade humana. A construção da subjetividade não está dissociada das composições sociais, culturais, econômicas e simbólicas demarcadas pelo contexto histórico em que se vive, uma vez que tais elementos refletem formas de existir e determinam lugares socialmente ocupados no mundo.

As influências religiosas ao longo dos séculos têm se apresentado como importantes elementos que podem servir tanto para a manutenção quanto para o questionamento da ordem social vigente. Dependendo da forma como se estruturam e das finalidades às quais se vinculam, as experiências religiosas podem contribuir para a ampliação da alienação ou para processos de emancipação e consciência crítica.

Infelizmente, grande parte da experiência histórica das religiões esteve mais próxima da manutenção da estrutura social do que de sua transformação. Em muitos contextos, o discurso religioso foi utilizado para justificar desigualdades, naturalizar sofrimentos sociais e reforçar relações de

dominação, contribuindo para a reprodução do *status quo*.

Outra questão central para análise é que as condições materiais e socioeconômicas tendem a ser interpretadas pelo senso comum como condições “naturais”, percepção frequentemente reforçada por determinadas leituras religiosas acríticas da realidade social, que interpretam fenômenos produzidos historicamente como “condições dadas por Deus”. Tal compreensão se apresenta de maneira equivocada, uma vez que as formas organizativas e as estruturas sociais são produzidas materialmente a partir de decisões, interesses e relações humanas.

Nesse sentido, é importante considerar que as relações de poder nem sempre se manifestam de maneira explícita. A vida social não se organiza espontaneamente, mas expressa processos históricos e materiais que não foram previamente determinados por um suposto destino imutável. Ao contrário, tais condições são construídas intencionalmente no mundo objetivo da matéria, repercutindo diretamente sobre a experiência do espírito encarnado, ainda que sem desconsiderar as possibilidades - mesmo limitadas - do exercício do livre-arbítrio.

Sob essa perspectiva, torna-se necessário questionar: como avançar em direção a modelos regenerativos de sociedade se a estrutura social vigente mantém os/as sujeitos/as aprisionados/as em condições desumanizantes? Ou se desenvolve uma leitura crítica acerca das condições reais em que a existência se forja, ou se permanece reproduzindo uma visão desconectada da realidade concreta e incapaz de enfrentar os processos destrutivos produzidos pela sociabilidade capitalista.

Segundo Netto e Braz:

Pode-se afirmar que no modo de produção encontra-se a estrutura (ou base) econômica da sociedade, que implica a existência de todo um conjunto de instituições e de ideias com ela compatível, conjunto geralmente designado como superestrutura e que compreende fenômenos e processos extraeconômicos: as instâncias jurídico-políticas, as ideologias ou formas de consciência social (NETTO; BRAZ, 2010, p. 61).

Nesse sentido, faz-se necessário romper com a “aparência” imediata da realidade e assumir uma leitura que possibilite maior aproximação com sua essência, a fim de compreender de forma mais profunda a realidade social da qual o espírito humano faz parte.

Essa sociabilidade estruturada pelo capitalismo se utiliza dos meios de produção e do capital financeiro para reverberar ideologias propagadas como verdades universais, frequentemente absorvidas pelas classes subalternizadas.

O campo das disputas sociais constitui-se, portanto, como um processo cotidiano permeado por interesses materiais, simbólicos, culturais e políticos que não podem ser desconsiderados. Desvelar a realidade que produz subalternidade e múltiplas violações de direitos humanos torna-se condição fundamental para a construção de novas formas de sociabilidade pautadas na justiça social, na dignidade humana e na emancipação coletiva.

As regulações pelas quais as sociedades se organizam fazem parte de processos históricos constituídos por relações de poder, interesses e decisões humanas que atravessam a vida social durante toda a existência.

Desvelar a conjuntura aparente é fundamental para romper com a naturalização das condições sociais interpretadas como expressões da pro-

vidência divina. Essa perspectiva se confronta diretamente com a afirmação apresentada pelos espíritos a Kardec quando afirmam que as desigualdades e condições sociais não são determinadas por Deus, mas produzidas pelos próprios seres humanos.

Essa questão torna-se ainda mais evidente quando se compreende que as injustiças vivenciadas pela humanidade estão submetidas à responsabilidade humana. Inverter essa compreensão significaria atribuir à justiça divina um caráter punitivista e cruel, contrariando os próprios fundamentos éticos da teoria espírita.

Sob outra perspectiva, a justiça divina pode ser compreendida como um processo contínuo de reconstrução do ser, possibilitando aprendizado, transformação e desenvolvimento espiritual, sem que isso signifique justificar ou legitimar formas históricas de opressão e desigualdade.

Analisar criticamente as relações capitalistas possibilita compreender que o estabelecimento das relações de poder parte de um contexto estruturalmente assimétrico, hierarquizado e racializado. É a partir dessa estrutura que se definem normas, valores e mecanismos de controle social em conformidade com os aparelhos hegemônicos disponíveis ao capital. Por isso, torna-se fundamental que as classes subalternizadas desenvolvam consciência crítica e consciência de classe, de modo que as ações humanas não sejam destituídas de criticidade e da capacidade de atuar no mundo de maneira consciente e transformadora.

Mesmo diante de um contexto profundamente limitante, faz-se necessário reconhecer as possibilidades existentes no processo reencarnatório para afirmar compromissos éticos voltados à superação das condições indignas que perpetuam uma sociedade marcada por injustiças sociais.

Ainda em *O Livro dos Espíritos*, no capítulo que trata da lei de sociedade, Kardec aborda princípios fundamentais relacionados à necessidade de observância das leis morais e da convivência coletiva como parte indispensável da experiência humana.

A ampliação da visão de mundo em uma perspectiva emancipadora possibilita ao ser social e espiritual enfrentar o conjunto dos problemas humanos por meio da integração em mecanismos coletivos de transformação. Não há possibilidade de mudanças profundas e estruturais sustentadas apenas por perspectivas individualistas, justamente pela relação intrínseca existente entre história, estrutura social e sujeito.

Esse movimento contribui para o enfrentamento dos preconceitos, das opressões e das desigualdades que ainda atravessam a realidade social contemporânea.

A vida social constitui, portanto, o espaço do exercício ético e coletivo para a materialização de princípios que orientam a existência humana e que podem se ampliar conforme o desenvolvimento ético, político e espiritual das sociedades.

Em síntese, o sistema capitalista, enquanto ordem societária, sustenta interesses profundamente incompatíveis com os princípios defendidos pelo espiritismo, sobretudo quando este é interpretado a partir de uma perspectiva crítica comprometida com a justiça social, a fraternidade, a solidariedade e a defesa de condições dignas de existência para todos/as os/as sujeitos/as.

A noção de progresso, dentro da perspectiva do pensamento social espírita, encontra-se vinculada à compreensão de que a evolução não ocorre de maneira dissociada das relações humanas e das estruturas sociais que conformam a vida no planeta. Sob uma leitura espírita social crítica, a Lei do Progresso não pode ser interpretada de forma estática, linear ou baseada em determinismos previamente estabelecidos, mas deve ser compreendida em seu caráter histórico, dinâmico e dialético.

Os processos humanos e espirituais estão diretamente relacionados às escolhas realizadas pelos sujeitos/as sociais/espirituais ao longo de sua trajetória, sendo igualmente condicionados pelas estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais às quais estão submetidos/as. Dessa forma, a transformação humana não ocorre fora da realidade concreta, mas em permanente relação com ela.

Nessa perspectiva, a ação humana assume centralidade no direcionamento de esforços coletivos voltados para a construção de relações mais humanitárias e solidárias, capazes de assegurar respeito a todas as formas de vida humana e não humana. Não é possível pensar a evolução espiritual desconsiderando as condições concretas de existência marcadas por injustiças, desigualdades e violações de direitos.

Embora os seres humanos e toda a vida no planeta estejam em permanente desenvolvimento, as condições materiais nas quais esse processo ocorre não podem ser negligenciadas, uma vez que é justamente a partir delas que outras transformações se operam.